



Projeto de Resolução n.º 315/XV/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE GARANTA MAIS POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

A Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana contam com um contingente superior a 40 mil efetivos, o que torna Portugal num dos países da União Europeia com o rácio mais elevado de recursos humanos nas Forças e Serviços de Segurança por cidadão, com cerca de 432 efetivos por 100 mil habitantes, quando a média europeia se situa nos 274 efetivos por 100 mil habitantes.

Em entrevista a um órgão de comunicação social, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Senhor superintendente-chefe Magina da Silva, afirmou, a propósito no número de esquadras existentes, que Portugal precisa de repensar a necessidade das mesmas e reformar os meios imóveis das forças e serviços de segurança, uma vez que, também em comparação com os seus congéneres europeus, possui um elevado rácio de esquadras por habitante e por território.

Não obstante estes dois indicadores, tem sido recorrente a queixa de que parte destes efetivos se encontram alocados de forma ineficiente, seja porque quer a GNR, quer a PSP mantêm diversos guardas e agentes a realizar trabalho administrativo, seja porque se veem obrigados a permanecer no interior de esquadras e quartéis, o que impede que desenvolvam o seu trabalho especializado de policiamento e proteção da população no terreno.

Para executarem devidamente o seu trabalho, as forças de segurança precisam de fazer um trabalho de proximidade com a população, pois só assim será possível evitar as situações urgentes em que os cidadãos precisem de ajuda pronta por estarem a ser vítimas de um crime, isto porque, ao contrário daquela que é a perceção de muitos, está comprovado que a criminalidade à volta das esquadras não é menor em comparação com outras zonas nas quais não existam esquadras.



Esta situação assume especial relevância quando existe falta de atratividade nas forças de segurança, como fica facilmente comprovado pelo facto de nos últimos dois recrutamentos abertos, a Polícia de Segurança Pública não ter conseguido preencher o número de vagas a concurso.

Deste modo, uma redução equilibrada do número de esquadras, devidamente fundamentada a nível nacional, e salvaguardadas as devidas exceções em função da elevada perigosidade em determinados territórios, permitiria a disponibilidade dos contingentes policiais para executarem trabalho de terreno e rapidamente acudir às necessidades dos cidadãos.

Este setor do Estado necessita de priorizar a eficiência na sua gestão. É necessária uma reforma nos seus meios móveis e imóveis, de forma a melhorar o serviço prestado às populações.

Uma proposta de reforma da gestão material e humana da PSP foi secundada pelo próprio Diretor Nacional, que afirmou ter entregado à tutela um estudo, elaborado a pedido da PSP, em que recomenda ao governo uma série de medidas, entre as quais a redução do número de esquadras, que têm como objetivo uma melhor alocação dos recursos disponíveis, e que dessa forma permitirão uma melhor prestação do serviço vital prestado pelas polícias.

A Iniciativa Liberal entende que este documento deve ser do conhecimento dos partidos com representação parlamentar, pelo que submetemos um requerimento ao Ministério da Administração Interna, no sentido de o mesmo ser disponibilizado. O Governo, na gestão da política criminal, deve refletir sobre os conselhos de quem lida e gere diariamente as forças policiais e, daí, retirar as devidas ilações relativamente a eventuais reformas a implementar.



Assim, tendo em consideração o acima exposto, ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

Resolução

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que promova uma reforma das Forças e Serviços de Segurança que melhore a alocação dos recursos disponíveis, permita mais patrulhamento e policiamento de proximidade e garanta a sustentabilidade futura das Forças de Segurança, nomeadamente, reduzindo, de forma equilibrada e fundamentada, o número de esquadras, salvaguardando as devidas exceções em função da elevada perigosidade em determinados territórios, bem como alocando os agentes às funções de segurança.

Palácio de São Bento, 9 de dezembro de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Patrícia Gilvaz

Rui Rocha

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Rodrigo Saraiva